

A black and white portrait of António Francisco da Silva, an elderly man with glasses, wearing a suit and tie. He is looking slightly to the right with a thoughtful expression. His hands are visible at the bottom of the frame, gesturing as if speaking.

# António Francisco da Silva

HOMEM DE ACCÇÃO E DE PENSAMENTO

ACTAS DO COLÓQUIO  
*homenagem em 2014*

ORGANIZAÇÃO  
MANUEL GAMA  
JOÃO RIBEIRO MENDES  
MARIA FRANCISCA XAVIER



Universidade do Minho  
Conselho Cultural



Universidade do Minho  
Departamento de Filosofia

# PLANEAMENTO E EDUCAÇÃO NOS ANOS 60: A EMERGÊNCIA DO PRINCÍPIO DE EXPANSÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR ESTATAL

Fátima Moura Ferreira\*

## I. LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA ARTÍFICE DE INSTITUIÇÕES<sup>1</sup>

O Professor Lúcio Craveiro da Silva é uma figura incontornável no processo de criação e fundação da Universidade do Minho (UMinho). Não apenas pelos lugares de relevo que desempenhou no governo da instituição, mas muito especialmente pela complexidade do tempo histórico que marcou o período de fundação da nova universidade, durante aproximadamente 10 anos: de fevereiro de 1974 a outubro de 1984.

Comecemos por relembrar-lo, em traços sumários, no exercício dos cargos de governo da UMinho. Primeiro como vogal da Comissão Instaladora da Universidade do Minho (CIUM),<sup>2</sup> na qualidade de membro da equipa desenhada pelo ministro reformador e revolucionário da universidade portuguesa, José Veiga Simão, equipa que se pretendia robusta e coesa, capaz de garantir respostas aos desafios colocados à universidade emergente – de acordo com as atribuições e o calendário apertado fixado pelo decreto de criação das novas universidades estatais.<sup>3</sup> Um pouco mais tarde, como reitor eleito da Universi-

\* Universidade do Minho. Departamento de História – Instituto de Ciências Sociais; investigadora do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT).

1 Expressão parafraseada a partir de Acílio Estanqueiro Rocha «Sob o signo da memória» (Discurso proferido na sessão de homenagem ao Professor Lúcio Craveiro da Silva, realizada em 24 de julho de 2009, na Biblioteca que perpetua o seu nome), *Forum*, nº 44-45 (2009-2010), 247-256.

2 Composição inaugural da CIUM: Presidente Reitor Carlos Lloyd Braga (fevereiro de 1974 a junho de 1980), vogais: Diogo Freitas do Amaral, fevereiro de 1974 a outubro de 1974; Joaquim Germano Pinto Machado, fevereiro de 1974 a dezembro de 1981; Joaquim José Barbosa Romero, fevereiro de 1974 a dezembro de 1981; Lúcio Craveiro da Silva; Eng.º António Eduardo Carneiro (Presidente da Comissão de Planeamento da Região Norte), fevereiro de 1974 a fevereiro de 1975. A comissão incluía ainda o representante do Ministério de Obras Públicas, Eng.º César Montenegro (fevereiro de 1974 a novembro de 1974) e o Administrador da Universidade do Minho, Dr. Duarte Nuno Vale e Vasconcelos (fevereiro de 1974 a dezembro de 1974), na qualidade de membros por inerência de funções.

3 Decreto-Lei nº 402/73 de 11 de agosto de 1973.



dade do Minho<sup>4</sup>, inaugurando o sistema de eleição adotado pela primeira vez pela universidade em Portugal.

A nomeação como vogal da CIUM reflete os elevados atributos académicos, sociais e políticos granjeados no passado coevo, bem como o valor da experiência pioneira que desenvolveu no quadro da expansão da rede do ensino superior do país. Daí ser lícito situá-lo entre os paladinos da ideia plural da reforma do ensino, preconizada no curso dos anos 60 e 70, na esteira dos ventos de mudança que assolavam o campo da educação, por imperativos sobretudo economicistas. Note-se, contudo, que as preocupações sociais figuravam igualmente entre os desígnios reformistas, ainda que em termos mais laterais, animadas por um empenhado setor católico progressista.<sup>5</sup> Durante este período, Lúcio Craveiro da Silva patrocinou a criação do Instituto Superior Económico e Social de Évora (1964)<sup>6</sup> e contribuiu para a afirmação da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa (na designação oficial, datada de 1967), nomeadamente como seu professor (a partir de 1949) e diretor (1952-58; 1971-76). Neste sentido, mobilizou segundo várias frentes a sua multifacetada formação universitária<sup>7</sup>, concorrendo para materializar um princípio caro aos defensores da reforma do ensino: o princípio de descentralização do ensino superior.<sup>8</sup> Atuou na condição singular de sacerdote jesuíta e

4 Cargos do governo da UMinho exercidos: vogal da CIUM, fevereiro de 1974 e dezembro 1981; Vice-reitor por delegação de competências do Reitor Carlos Lloyd Braga, outubro de 1980 a julho de 1980; Vice-reitor no quadro do reitorado em exercício de Joaquim Barbosa Romero, julho a setembro de 1981; Reitor em exercício, setembro de 1981 a novembro de 1981; Reitor eleito, novembro de 1981 a outubro de 1984.

5 Nele se destacaram figuras como Adérito Sedas Nunes, Francisco Pereira Moura, Mário Murteira, Miller Guerra, Joaquim Pinto Machado, entre outros académicos, intelectuais e técnicos ligados a organismos criados por efeitos da conjuntura desenvolvimentista vigente, como são exemplo: Gabinete de Estudos Corporativos, Gabinete de Investigações Sociais, Instituto Nacional de Investigação Industrial, Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, Centro para o Estudo de Estatísticas Económicas – espaços particularmente recetivos à problemática da educação *versus* desenvolvimento. Sobre a relação dos católicos com a política ver, nomeadamente, António de Araújo, «Católicos e política nos anos 60: uma aproximação lexical» e Jorge Revez, «Crise dos católicos ou crise do Catolicismo? As motivações religiosas da crítica católica ao Estado Novo nas décadas de 60 e 70» em *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*, org. António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2011) respetivamente 113-148 e 149-164.

6 Augusto da Silva, «Memoriam do Jesuíta Lúcio Craveiro da Silva, Fundador do Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE) e da Revista Economia e Sociologia», *Economia e Sociologia*, nº 84, 2007 em <http://luciocraveirodasilva.webnode.com/obras/craveiro-da-silva-o-jesuita/>.

7 Ao longo dos anos 40, Craveiro da Silva desenvolveu estudos de licenciatura em três universidades estrangeiras: Filosofia, Universidade de Burgos, Ciências Económicas e Sociais, Universidade Comercial de Deusto (Bilbau) e Ciências Políticas e Sociais, Universidade Católica de Lovaina. As provas de doutoramento foram realizadas na Faculdade de Filosofia de Braga, em 1951, sob o título “A Idade do Social”.

8 Note-se que, originalmente, a diversificação da oferta formativa dos estabelecimentos de ensino superior privados constituía uma exigência estatal, facto que se refletiu na criação dos cursos de Economia (Gestão e Administração de Empresas) e de Sociologia (Ciências Sociais), do Instituto Superior Económico e Social de Évora. Seja como for, o apelo à renovação da estrutura dos saberes universitários verifica-se, pontualmente, no curso dos anos 60-70 na área das ciências sociais, pedagogia, psicologia,

representante da Igreja Católica, cruzando, no seu caso particular, razões confessionais com questões sociais, matéria vinculada necessariamente à problemática educacional do país. A experiência de gestor dos institutos superiores de Évora e de Braga proporcionou-lhe um conhecimento alargado sobre a realidade do ensino nacional, em particular sobre os constrangimentos que obstaculizavam a reestruturação do ensino universitário. O seu interesse teórico pelo social projetou-se ainda ao campo assistencial e refletiu-se na nomeação de Procurador à Câmara Corporativa, eleito pelas Obras de Assistência, entre 1969-1973<sup>9</sup>, manifestações no seu conjunto expressivas do seu envolvimento na causa pública.

Na esfera mais estritamente local, as funções diretivas que desempenhou na Faculdade de Filosofia de Braga, nos anos 50 e nos anos 70 (1971-76), permitiram-lhe aprofundar a interação com a comunidade e as *forças vivas* da região do Minho, colaborando em iniciativas orientadas para o engrandecimento e valorização cultural e educacional do distrito de Braga.<sup>10</sup> Daí, não constituir surpresa a nomeação para vogal da CIUM, em fevereiro de 1974, na sequência dos gestos de aplauso que manifestou ao programa de reforma do ensino superior do ministro da Educação Nacional, Veiga Simão (1971-1974).<sup>11</sup> O seu nome figurava aliás no elenco de personalidades avançadas como potenciais membros do governo da universidade a criar, de acordo com as negociações travadas entre o ministro da tutela e individualidades locais, com poder de influência, representadas designadamente pelo Eng.º Duarte do Amaral.<sup>12</sup> A presença do diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica na CIUM consignava uma *mais-valia* para a universidade emergente, tanto mais

sociologia e economia – ver sobre o atraso (não só académico) das ciências sociais no país: Nuno Estevão Ferreira, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006); Frederico Agoas, «Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal», *Análise Social*, n. 206, XLVIII (1.º), 2013, 230-232; e José Luís Cardoso, «O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais», *Análise Social*, 206, XLVIII (1.º), 2013, pp. 197-203.

9 Ver Fernando Machado, «Lúcio Craveiro da Silva, o jesuíta que se preocupou com a felicidade na terra: um olhar sobre o social», acerca do pioneirismo da reflexão de Craveiro da Silva sobre o social, no país, texto inserto neste livro.

10 Disso é exemplo a comissão criada para a construção de novas instalações da Faculdade de Filosofia, presidida pelo Governador Civil de Braga (1964), entre outras iniciativas promovidas pelas autoridades locais no sentido de promover o desenvolvimento das estruturas de ensino.

11 Aponte-se, nomeadamente, a participação no Ciclo de Conferências organizado pela Sociedade Martins Sarmiento sobre o tema *Da formação da Universidade no Minho*, iniciativa que contou com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães, in “Memorial [Guimarães e as novas Universidades]”, documento datado de 7 de março de 1973, Sociedade Martins Sarmiento, Fundo Santos Simões (não catalogado).

12 Cf. “[Nomes de] Catedráticos que poderão ser reitores da Universidade do Minho e nomes para a Comissão Instaladora”, Arquivo Alfredo Pimenta, Fundo Duarte Amaral, L. 478, cf. também “Carta do Engenheiro Duarte Amaral ao Ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão”, datada de 1973, pertencente ao mesmo fundo. Registe-se que Veiga Simão era defensor de uma política de colaboração entre os estabelecimentos universitários (estatais e privados), meio de contribuir para a expansão e consolidação da rede de ensino superior do país.

significativa atendendo à “muita consideração e estima” que lhe eram reconhecidas à escala local, convertendo-o em elo privilegiado da ligação à cidade e à Igreja.

No governo da UMinho, Lúcio Craveiro da Silva manifestou plena adesão ao ideário fundacional das universidades novas, em particular ao modelo singular da Universidade do Minho.<sup>13</sup> A eloquência dos testemunhos dos antigos reitores e de outras figuras que partilharam a experiência desse tempo constituem uma das expressões mais cabais da sua dedicação ao processo de construção e de consolidação da instituição emergente.<sup>14</sup> Limitemo-nos a duas ilustrações sumárias, reveladoras da sua grandeza e abertura mental – ao abraçar um projeto que se pretendia rasgadamente novo – bem como do sentido político que norteou a sua ação, em nome do bem comum.

A primeira mancha ilustrativa respeita aos projetos de ensino e de investigação que impulsionou, enquanto coordenador do grupo de trabalho “Artes e Letras”, no quadro das atribuições da CIUM. A aposta em licenciaturas inexistentes no panorama universitário nacional – como é exemplo o plano de estudos da licenciatura em Relações Internacionais que promoveu a partir do desenvolvimento da ideia de um curso particular de línguas vivas ou o modelo das licenciaturas em ensino que apoiou – constituiu uma manifestação do seu vanguardismo académico em contracorrente às resistências universitárias que se opunham à renovação curricular e pedagógica do ensino superior. Em termos concomitantes, a sua postura reflete a valoração de alguns dos princípios que pautaram o seu itinerário académico, expressos nos seus estudos e vastos escritos: interdisciplinaridade, inovação e abertura ao ideal moderno de universidade, fundado na liberdade e autonomia criativas.<sup>15</sup>

O segundo momento ilustrativo relaciona-se com a problemática da sucessão reitoral. Em rigor, versa sobre a solução política delineada por Lúcio Craveiro da Silva no sentido de garantir a continuidade do projeto de universidade, segundo a matriz fixada pelo primeiro Reitor, Carlos Lloyd Braga, com o concurso de uma sólida equipa governativa<sup>16</sup>. Ao aceitar ser reitor apenas na

13 Para o desenvolvimento da questão ver Fátima Moura Ferreira, «Mudar o País através da educação?», em *História da Universidade do Minho 1973 1974-2014*, coord. por Fátima Moura Ferreira (Braga, Fundação Carlos Lloyd Braga, 2014), 35 e ss.

14 Cf. os testemunhos que figuram neste volume, assim como nas publicações que lhe foram dedicadas, nomeadamente *Forum* nº 42-43, 2007-2008 e nº 44-45, 2009-2010.

15 Lúcio Craveiro da Silva, «Nos 25 anos dos Cursos de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho» 185-194, em *Biobibliografia sobre a Universidade*, org. Manuel Gama, Braga: Universidade do Minho/CEH, 2004.

16 Integram a equipa governativa para além dos membros da CIUM, um núcleo de professores com exercício de funções superiores ao nível da gestão académica: Sérgio Machado dos Santos, presidente do Conselho Científico (1976-1982); Luís Soares, delegado do Reitor na presidência do Conselho Pedagógico (1976-1978); Júlio Barreiros Martins, coordenador do Gabinete Executivo das Instalações Definitivas (a partir de 1977) e representante do Reitor no polo de Guimarães (1979).

condição de ser eleito pelos corpos da Universidade, Lúcio Craveiro da Silva desafiou a orgânica política e institucional vigente, contrariando os desígnios que o Ministro da Educação Victor Crespo alimentara a respeito do governo da instituição. A solução, é certo, filiava-se no modelo de autonomia reivindicado pela universidade portuguesa, com raízes no pensamento-ação de Veiga Simão e no ideário reformador do passado recente, atualizado pelas circunstâncias possibilitadas pelo tempo histórico. Tinha então 65 anos. O gesto de ousadia e de inovação institucional que lhe é reconhecido, muito em especial por aqueles que compartilharam essa experiência, configura um outro sentido, mais particular, no contexto da trajetória da instituição. A eleição pelos corpos da universidade consagrava a legitimidade do seu Reitor, convertendo-o em instrumento privilegiado de consenso e de estabilidade, ingredientes especialmente necessários ao novo ciclo que despontava para a instituição. Qualidades que marcaram afinal o quadro de ação de Craveiro da Silva à frente dos destinos da Universidade do Minho.<sup>17</sup>

Entraria então no fulcro da minha comunicação. Parto da imagem de Craveiro da Silva como “artífice de instituições”, no quadro do movimento de expansão e descentralização do ensino superior português, nos anos 60 e 70 do século XX, tema que me proponho analisar, sob o signo da emergência da ideia de criação do ensino superior estatal, no norte do país.

Os anos 60 são marcados pelo avolumar dos sinais de estrangulamento do regime salazarista e pela multiplicação de sintomas de mudança social. O espetro da guerra colonial, crescente no desenrolar deste período, impõe-se, condicionando os programas e os desígnios de desenvolvimento, segundo uma agenda política ritmada por uma lógica de tempo (que se pretende) lenta e progressiva – na perspetiva dos responsáveis pelos destinos do país. Acredita-se ser possível conter a mudança, inscrevendo-a em termos de linha de continuidade em relação ao passado. A educação ocupa nesta conjuntura um estatuto particular ao apresentar-se como horizonte de possibilidades sob o prisma dominante do planeamento e desenvolvimento. Os indicadores estatísticos corroboram esse desígnio ao espelharem o elevado crescimento da economia e da população em idade escolar.

Independentemente dos quadrantes e das sensibilidades políticas, a reforma das estruturas da educação afigura-se incontornável – apesar de ter sido adiada e erigida em “batalha da educação”, na expressão de Marcello Caetano, datada de finais da década. Os sinais de renovação do ensino superior do país afirmam-se, ainda que tímidos e aquém das reflexões e propostas enunciadas por académicos e outros especialistas da matéria. Em 1962 é instituído

17 «Separando águas: o poder da liderança humanista» em Fátima Moura Ferreira, *História da Universidade do Minho ...*, 126-128.

o ensino superior ultramarino, em Angola e Moçambique, pela mesma altura é criado o Instituto Superior de Línguas e Administração, em Lisboa, a Faculdade de Filosofia de Braga evidencia sintomas de crescimento, os Estudos Gerais de Moçambique são elevados ao estatuto de universidade (1968). Em contraponto, as universidades metropolitanas evidenciam constrangimentos notórios (excesso da população estudantil em relação às estruturas de ensino, anacronismo dos planos de estudos, estagnação da oferta formativa, debilidades múltiplas do corpo docente, marasmo da investigação...), denunciados pelas crises académicas de 1962 e 1968.

Os indícios de dinamização do ensino superior provêm fundamentalmente da periferia e margens do sistema. Consubstanciam-se no projeto modernizador perseguido em Moçambique por Veiga Simão, que o perspetiva, desde a primeira hora, de filão propulsor da reforma da universidade portuguesa, e nas iniciativas lançadas por estabelecimentos privados, que permanecem, contudo, reféns das autorizações estatais no que respeita às possibilidades de crescimento e de expansão das respetivas estruturas.<sup>18</sup>

Na perspetiva de análise em que me situo, importa destacar a ação propulsora desempenhada pelos institutos de Évora e de Braga na dinamização do princípio de descentralização do ensino superior. Erigidos em exemplo, serviram de fundamento legitimador das aspirações preconizadas por políticos, deputados regionais e figuras de influência, no âmbito da defesa do princípio de alargamento do ensino superior e universitário à província. A força deste argumento era ainda corroborado pelo argumento histórico, baseado nas tradições universitárias das duas cidades, convertendo as duas capitais de distrito em sedes inevitáveis das futuras universidades a implantar.

Entraria, então, na análise do diagnóstico traçado sobre a educação e o ensino superior no Portugal metropolitano, nos anos 60, sob o prisma privilegiado da Assembleia Nacional. A escolha deste foco de observação explica-se em larga medida pelo facto de este órgão político funcionar como uma espécie de caixa-de-ressonância das perceções e aspirações reformistas que circulavam entre os canais de especialidade. Como veremos, o diagnóstico traçado sobre o ensino em geral, assim como as soluções propostas, prefiguram uma espécie de antecâmara da mudança estrutural sobre a educação levada a efeito, na década seguinte. Mas já então a reforma da educação nacional era equacionada, por franjas políticas representativas e comprometidas com o regime salazarista, como absolutamente necessária, devendo,

<sup>18</sup> Ao longo dos anos 60, multiplicam-se as aspirações relativas ao alargamento e renovação do espetro dos saberes universitários, nomeadamente no domínio da pedagogia, psicologia, jornalismo e outras áreas das ciências sociais. Os entraves colocados à expansão da oferta formativa eram notórios, inclusive ao nível do ensino médio. Veja-se o testemunho do deputado pelo círculo de Braga, Santos da Cunha, acerca dos entraves colocados ao estabelecimento de uma escola de assistentes sociais em Braga, intento que teria sido frustrado pelo Estado.

segundo alguns deputados da Assembleia Nacional, constituir a segunda prioridade da agenda política nacional, imediatamente a seguir ao esforço militar, traduzido na guerra colonial – matéria que examinaremos na secção II do presente texto. Caberá a Marcello Caetano a decisão e o compromisso político com a batalha da educação, protagonizada pelo ministro Veiga Simão – tema que extravasa os limites deste texto. Cumpre, porém, avaliar o impacto e o significado da emergência do princípio de descentralização do ensino superior estatal, na conjuntura dos anos 60, questão que analisada na seção final.

## 2. “A FALTA DE NORTE QUE, QUANTO AO PROBLEMA EDUCACIONAL, EXISTIA E EXISTE NESTE PAÍS”

A frase em epígrafe condensa o diagnóstico que António Maria Santos da Cunha (1911-1972) tecia acerca do estado do ensino na metrópole, nos inícios dos anos 60, na qualidade de deputado da Assembleia Nacional, pelo círculo de Braga.<sup>19</sup> Sugere ainda o interesse que depositava na educação como motor do desenvolvimento nacional (e regional) do país, na esteira da política de abertura económica ao exterior recém-lançada que tornava mais evidentes os constrangimentos ligados aos baixos índices de escolarização da população, do ponto de vista da requalificação e especialização da mão-de-obra, numa época de forte crescimento das camadas populacionais em idade escolar. Urgia escolarizar em face dos níveis de concorrência e de desempenho da economia europeia e internacional.

O argumento da importância económica da educação adquiria proeminência entre diversos setores e sensibilidades políticas da sociedade portuguesa e apresentava-se, para todos os efeitos, consensual. A aposta na juventude e nas camadas mais novas da população abria espaço a conceções renovadas sobre escolarização e sistema escolar que conviviam harmoniosamente com os valo-

<sup>19</sup> Citação proferida na Assembleia Nacional, na sessão 016-3-1962 e reproduzida em 23-1-1964, Diário das Sessões da Assembleia Nacional, VIII Legislatura, pp. 1076 e 2992 respetivamente, [www.debates.parlamento.pt](http://www.debates.parlamento.pt). Natural de Braga, frequentou a Escola Comercial da cidade, sendo comerciante. Figura de primeiro plano na história da cidade, ocupou os mais importantes cargos ao nível da respetiva gestão municipal e distrital, figurando ainda nos quadros da União Nacional, no âmbito da comissão distrital de Braga. No quadro da atividade política nacional, exerceu os cargos de procurador da Câmara Corporativa (1953-1957; XI Seção – Autarquias Locais) e deputado da Assembleia Nacional, na VIII e IX legislaturas (1961-1965; 1965-1969). Não cumpriu integralmente o último mandato ao ser nomeado Governador Civil do distrito de Braga (1968). Na Assembleia Nacional espelhou uma atividade significativa, intervindo em matérias diversas do foro nacional e regional. Notabilizou-se, no entanto, como político pela defesa intransigente dos interesses do distrito de Braga, nomeadamente no campo da educação e do desenvolvimento económico e cultural regional, cf. Filipa Ribeiro Silva, «Cunha, António Maria dos Santos da Cunha» em *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Assembleia da República, 2004), 517-519.



res tradicionais e os fundamentos do salazarismo. A recetividade crescente às teses do capital humano, em voga nos países e nos organismos da OCDE, explica-o em larga medida, em paralelo às fragilidades evidenciadas pelo ensino metropolitano e colonial, agravadas pelo crescimento significativo da população em idade escolar.

O debate do aviso prévio sobre Educação Nacional, realizado na Assembleia Nacional, nos inícios de 1964, representa, a este nível, uma ilustração exemplar. O diagnóstico incisivo traçado fazia realçar as debilidades maiores que atravessavam o ensino e que radicavam, primeiramente, na fraqueza estrutural do ministério da tutela. Os indicadores dessa realidade eram apontados com crueza e objetividade. Assentavam na escassez da dotação orçamental,<sup>20</sup> na debilidade e incipiência da estrutura técnica e administrativa do ministério da Educação Nacional<sup>21</sup>, na desarticulação do sistema de educação, expressa na sobreposição de ministérios com responsabilidades na área da educação e do ensino. No seu conjunto, estes indicadores permitiam concluir sobre a inviabilização de todo e qualquer intento de reforma parcelar, ocorrido no passado ou que viesse a ter lugar no presente coevo.<sup>22</sup>

Em paralelo, eram mapeadas as insuficiências que afetavam os diferentes graus de ensino: exiguidade da rede pré-escolar, insuficiência do ensino primário, limitações do ensino técnico e do ensino liceal, atavismo do ensino universitário e desarticulação com a investigação científica.

Ao mesmo tempo, avançavam-se propostas suscetíveis de robustecerem a qualidade e eficácia da educação aos novos tempos: valorização material da carreira docente e alargamento dos quadros de professores dos vários níveis do sistema educativo, apoio à formação e atualização científica e pedagógica do professorado, alargamento da escolaridade obrigatória, investimento no desporto, na saúde escolar e na rede do ensino pré-primário e profissional elementar, aposta na orientação escolar e no ensino técnico, revalorização do ensino superior e da investigação.

O debate, que contou com intervenções especializadas sobre os vários segmentos de ensino, enquadrava-se nos fins visados pelo aviso prévio, apresentado, em março do ano transato, pelo deputado e professor da Universidade do Porto, Nunes de Oliveira.<sup>23</sup> Era seu objetivo contribuir de “forma construtiva para a correção das deficiências” da educação e instrução no país, através de propostas válidas, a serem consideradas no âmbito do projeto de Estatuto de

20 Nunes de Oliveira, *Assembleia Nacional*, legislatura 8, sessão 3, nº 119, 21-01-1964, p. 2950; cf. ainda Olívio de Carvalho, 23-1-1964, p. 2981. ([www.debatesparlamentares.pt](http://www.debatesparlamentares.pt))

21 Gonçalves Rodrigues, *Assembleia Nacional*, 5-2-1964, p. 3130.

22 Nunes de Oliveira, *Assembleia Nacional*, 21-01-1964, p. 2950; José Alberto de Carvalho, *idem* 22-1-1964, p. 2966, Olívio de Carvalho, *idem* 23-1-1964, p. 2982.

23 Assembleia Nacional, 19-4-1963, p. 2363.

Educação Nacional, iniciativa entretanto anunciada pelo Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Inocêncio Galvão Teles – questão a que voltaremos no ponto III do presente texto.

O intento pró reformador acasalava-se com os fundamentos do regime salazarista. A tónica no desenvolvimento da educação como “fator decisivo do engrandecimento da economia, do progresso social e da realização humana”<sup>24</sup> realizava-se em termos concomitantes à apologia dos valores tradicionais: religião, família e Estado.

Em rigor, o debate deixava transparecer a existência de uma tensão crítica sobre o lugar da Igreja na educação nacional. Alguns deputados reivindicavam um maior protagonismo da instituição religiosa no sistema de ensino, mediante a assunção de uma política de cooperação explícita – traduzida na concessão de subsídios aos estabelecimentos privados sob a tutela da Igreja e no apoio oficial à criação de institutos de educação sob a sua égide (Nunes de Oliveira, Santos da Cunha), entre outras componentes. A questão não se circunscrevia à esfera exclusivamente doutrinal e/ou religiosa. Era também suportada por informação estatística que exprimia a importância quantitativa das escolas confessionais na rede do ensino primário e liceal (metropolitano e ultramarino).<sup>25</sup> Esta realidade permitia robustecer o argumento da liberdade de ensino, princípio caro aos prosélitos do ensino confessional, tanto mais justificado atendido à impossibilidade financeira do Estado cumprir o desiderato da educação, no âmbito do enquadramento constitucional que lhe consignava apenas funções supletivas. Eram ainda apontadas outras exigências, centradas no alastramento do poder de influência da Igreja ao ensino universitário: restabelecimento do ensino superior estatal de Teologia (através da restauração da antiga Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra), criação da Universidade Católica Portuguesa e instituição de uma cadeira de “formação cultural cristã” nas universidades estatais, em regime de frequência facultativa.<sup>26</sup>

O deputado pelo círculo de Braga, António Santos da Cunha, singularizou-se nesta questão particular, pela abordagem eminentemente tradicionalista que atravessava a sua posição sobre o reforço institucional da Igreja no ensino:

“Diz o imortal pontífice, a quem devemos colunas de luz a iluminar o Mundo, nesse inesquecível documento, referindo-se à competência especial em matéria de educação: ‘primeiro que tudo ela pertence de modo sobre-eminente à Igreja,

24 Olívio de Carvalho, *Assembleia Nacional*, 23-1-1964, p. 2982.

25 Ver Jorge Ferreira Cotovio, «O debate em torno do ensino privado nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX: um olhar particular das escolas católicas» (tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2011).

26 Nunes de Oliveira, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 21-01-1964, p. 2953

por dois títulos de ordem sobrenatural que lhe foram exclusivamente conferidos, pelo próprio Deus, e por isso absolutamente superiores a qualquer outro título de ordem natural. O primeiro provém da expressa missão e autoridade suprema de magistério que lhe foi dada pelo seu Divino fundador (...). O segundo título é a maternidade sobrenatural, pela qual a Igreja, esposa imaculada de Cristo, gera, nutre, educa as almas na vida divina da graça, com os seus sacramentos e o seu ensino.”

Através da invocação do pensamento da Igreja, veiculado na passagem da *Encíclica Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI, acima reproduzida, o deputado pelo círculo de Braga exprimia a perspectiva político-religiosa que, no seu olhar, permeava a questão. E nesta linha, refutava o “estatismo ultrapassado” apoiando-se ainda nos argumentos que o catedrático de Direito da Universidade de Coimbra, Manuel Braga da Cruz, aduzia a respeito do equilíbrio das relações entre o Estado e Igreja.

Não obstante, o conservadorismo das posições expostas por Santos da Cunha, este não colidia com a defesa intransigente do desenvolvimento das estruturas de ensino do distrito de Braga, concretamente nos domínios do ensino técnico e do ensino superior. Partidário da tese sobre o carácter motor do desenvolvimento tecnológico no crescimento económico sustentado, defendia a exigência de dinamizar e especializar regionalmente o ensino técnico e ampliá-lo ao ensino técnico superior, a localizar inexoravelmente na província. O problema não se esgotava na formação técnica da mão-de-obra industrial (e agrícola). Estendia-se ainda, como sublinhava Folhadela Oliveira, também deputado pelo círculo de Braga, à formação dos quadros técnicos superiores das empresas privadas e também de alguns departamentos oficiais:

**“Penso que há, na parte diretiva da empresa, falta de preparação técnica e grosseira gerência económica e, por outro lado, inexistência de labor qualificado. Também sucede, com relativa frequência, que lemos ou somos informados de avultados investimentos em determinada indústria. Quando o investimento excede o volume comum, aparece o conseqüente proteccionismo económico garantindo monopólio por largos anos. Decorre o tempo para a instalação e começam a aparecer nos periódicos imponentes fotografias dos imóveis, como ato preparatório da luzida inauguração, que se realiza com todo o aparato. E a fase que seria de verdadeiro interesse nacional, a laboração, infelizmente nem é aparatosa nem luzida. Os relatórios da gerência apresentados à assembleia geral causam desanimadora impressão a quem os lê. As rebuscadas e sinuosas explicações para encobrir a evidência do insucesso acabam por bater quase sempre no mesmo ponto: pouca capacidade de absorção do mercado interno e dificuldade de colocação internacional devido ao preço ser demasiado elevado para a concorrência. Então, outra pergunta que também é legítima: procedeu-se a um conscien-**

**cioso estudo técnico e económico, que abrangesse produção e mercado, da indústria que se pretendia montar?** É certo que qualquer instalação industrial tem de jogar com um coeficiente de risco inerente à sua própria atividade. Mas o que não deve ser regra é traduzir-se por normalidade o insucesso. **Claro que não é apenas o sector privado que se ressentia da falta de conhecimentos e circunstanciados dos problemas próprios. Do mesmo pecado se podem penitenciar alguns departamentos oficiais,** onde a lúcida inteligência das realidades parece não ser, por desgraça nossa, mercê dos homens. Mais do que nunca há necessidade imperiosa de incentivar a preparação especializada da nossa juventude, como fator de progresso material e de valorização humana. **A capacidade cultural dos que trabalham, qualquer que seja o modo de vida, é condição essencial ao triunfo no campo individual e coletivo. Ora os países só progredem e passam a lugares cimeiros desde que a instrução das suas gentes assente em evoluída técnica ao serviço da respetiva profissão. O fator económico é fundamental na vida de hoje. Reformam-se as instituições, ensaiam-se sistemas económicos e, quantas vezes, surge a revolução, tudo isso sempre rotulado com o aliciente cartaz da melhoria do nível de vida e do acesso dos povos ao bem-estar.** Todos os outros fatores, hoje dependentes do económico, empregam-se para o mesmo fim, que é, afinal, o que se desenvolve operando a satisfação das necessidades graduadas pela hierarquia dos interesses. Esta é a realidade dos nossos dias e que, por isso, não devemos subestimar.”<sup>27</sup>

A longa citação justifica-se pelo relevo atribuído à educação cultural e técnica no sentido de apoiar um crescimento sustentado, baseado numa política concertada de planeamento económico. Folhadela Oliveira ia mais longe ao sustentar a exigência de proceder a um “planeamento mais equitativo”, no sentido de corrigir os desequilíbrios observados à escala regional.<sup>28</sup> Dava assim expressão às necessidades que se manifestavam na esfera governativa, a respeito da exigência de articular o planeamento nacional com o planeamento e desenvolvimento regionais, perspectiva que é veiculada no diploma que aprova as bases e execução do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967). Com algum atraso, na sequência da proposta do ministro da Economia Ferreira Dias sobre a criação de uma Junta de Planeamento Económico Regional (1961),<sup>29</sup> o país parecia entrar no caminho da coordenação necessária do desenvolvimento, numa perspectiva cruzada de planeamento nacional e planeamento regional –

27 *Assembleia Nacional*, Folhadela Oliveira 22-1-1964, p. 2972, sublinhados meus.

28 *Assembleia Nacional*, Folhadela Oliveira 22-1-1964, p. 2974.

29 A proposta de criação deste organismo era apoiada pelo estabelecimento de comissões consultivas regionais, que integrariam representantes locais dos interesses organizados a título coletivo e individual, público, corporativo ou privado. Ver o parecer da Câmara Corporativa, datado de 10 de dezembro de 1962, sobre o reconhecimento do interesse para o país da instituição deste organismo, pese embora a sua inoportunidade ao nível da conjuntura imperante, “Parecer n.º 7/VIII sobre o Projeto de decreto-lei n.º 520/VII, Junta de Planeamento Económico Regional”, pp. 216-217.

problemática a que eram especialmente sensíveis os deputados da Assembleia que veiculavam aspirações regionais.

É neste clima de receptividade à ideia do planeamento regional, filiada no pensamento e estudos de François Perroux, que vêm a ser enunciadas as propostas relativas ao princípio de expansão e descentralização do ensino superior português, certamente inspiradas nas políticas de crescimento e diversificação do ensino universitário que se observavam na Europa e nos E.U.A.<sup>30</sup>

É assim no cruzamento das preocupações de desenvolvimento com as preocupações de crescimento das estruturas de ensino, que é advogada a elevação da cidade de Braga, capital do distrito, a sede do ensino industrial têxtil. Note-se que a proposta de criação de institutos industriais superiores é assim percecionada como “o fulcro da criação de futuras Universidades” (Santos da Cunha), indo ao encontro da expectativa de os estabelecimentos futuros virem a ser localizados nas cidades dotadas de expressivas tradições universitárias: Braga e Évora. É certo que a defesa do princípio de expansão da rede do ensino superior, no quadro do debate do aviso prévio sobre Educação Nacional, tem lugar no âmbito de um leque alargado de reivindicações que sublinhavam o carácter imperioso da reforma do ensino nacional – destacando-se em especial o alargamento da escolaridade obrigatória. Em todo o caso, a ideia de expansão e descentralização do ensino superior revestiu outros argumentos e expressões, ainda que baseados numa mesma realidade: a necessidade de aumentar o número de licenciados e técnicos superiores por exigências ditas pelo progresso económico e educativo. Urgiam mais professores, mais licenciados e técnicos superiores nos domínios das ciências e dos saberes técnicos científicos. Em paralelo, eram apresentados outros motivos, entre eles, o interesse de descongestionar as universidades existentes das grandes concentrações estudantis que as habitavam, em nome da harmonia e estabilidade sociais. A grande motivação residia, porém, no interesse regional, uma vez que as instituições de ensino superior eram equacionadas como focos privilegiados do progresso e do desenvolvimento socioeconómico e cultural das respetivas comunidades e regiões. São sugeridos, assim, vários figurinos a respeito do princípio de alargamento de ensino superior. O deputado Sales de Oliveira defendeu a ideia de divisão em dois ciclos do ensino superior, sedeando-se o ciclo propedêutico, inicial de dois anos, nas cidades de província. Por sua vez, o deputado pelo círculo do Porto, Alberto Maria de Meireles, fez eco da sugestão avançada anteriormente pelo lente jubilado da Universidade do Porto, Alexandre Alberto de Sousa Pinto, relativa à extensão das Faculdades de Ciências existentes nas universidades metropolitanas, às cidades de Braga, Évora e Viseu, sob a dependência das respetivas reitorias das Universidades

30 *A History of the University in the Europe*, Volume IV, *Universities Since 1945*. Ed. Walter Rüegg (United Kingdom: Cambridge University Press 2011).

do Porto, Lisboa e Coimbra.<sup>31</sup> A proposta enunciada no âmbito da Oração de Sapiência proferida na Universidade do Porto, em 1961, traduzia-se na criação de escolas propedêuticas do ensino das ciências, desta vez de três anos, justificada pela necessidade de reduzir a afluência crescente dos estudantes às universidades metropolitanas, contribuindo ainda para dinamizar as regiões do Minho, Alentejo e Beiras. Note-se, porém, que universidades existentes não eram, porém, esquecidas, mantendo-se vivos os apelos sobre melhoramentos a realizar, através da criação de novas faculdades e de novos cursos em domínios científico-disciplinares de que eram carenciadas.<sup>32</sup>

### 3. PLANEAMENTO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em maio de 1963, o ministro Inocêncio Galvão Teles (4-12-1962 a 19-8-1968), anunciava, em discurso, o projeto de Estatuto de Educação Nacional, iniciativa comunicada ao país em junho do mesmo ano.<sup>33</sup> O projeto de diploma tinha por fim reunir e sistematizar as bases estruturantes do sistema de ensino à escala nacional. Pela mesma altura apresentava a criação de um organismo responsável pela realização dos estudos sobre planeamento educativo (o futuro Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa – GEPAE –, que seria instituído em 1965), eixo estratégico da política anunciada. A agenda do ministério da Educação Nacional abria-se, nestes termos, aos desafios do planeamento, desta feita, alargado ao campo da educação – na esteira das orientações propostas pelo relatório do Projeto Regional do Mediterrâneo, resultado da colaboração solicitada à OCDE pelo Professor Francisco de Paula Leite Pinto, na qualidade de ministro da Educação Nacional (7-7-1955 a 4-5-1961).<sup>34</sup> É neste horizonte que tem início o debate do aviso prévio, examinado atrás. Vale a pena questionarmos o significado que os deputados intervenientes atribuíram à entrada da educação na política de planeamento, no quadro da sua implementação formal através dos Planos de Fomento. Globalmente, manifestaram uma atitude de aplauso e de expectativa. Dir-se-ia que finalmente a educação iria entrar num novo ciclo, ado-

31 Respetivamente, *Assembleia Nacional*, sessões datadas de 29-01-1964, p. 3018 e 31-01-1964, p. 3083

32 Entre os apelos de melhoramentos inscreviam-se a restauração da Faculdade de Teologia, a reinstalação da Faculdade de Farmácia, a criação de uma Faculdade de Engenharia e de uma Faculdade de Agronomia, no contexto da Universidade de Coimbra. Os deputados pelo círculo do Porto insistiam por sua vez na ampliação dos cursos professados na Faculdade de Letras, da respetiva universidade.

33 Inocêncio Galvão Telles. *Planeamento da ação educativa: método*. S.l. Ministério da Educação Nacional, 1963. Exposição feita pelo Ministro da Educação Nacional, Professor Inocêncio Galvão Telles, através da Emissora Nacional e da Radiotelevisão Portuguesa, no dia 26 de Julho de 1963.

34 Valter Lemos. *A OCDE e a mudança de paradigma nas políticas públicas de educação em Portugal: O Projeto Regional do Mediterrâneo e a reforma Veiga Simão*. CIES e-Working Paper N.º 174/2014. CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893) 2014.



tando como critério o “rigor científico” trave mestra da operacionalização do esperado desenvolvimento da economia e da população no seu conjunto (Folhadela, Oliveira). Mais ainda, salientava-se a importância dos “trabalhos e [d]as previsões [da educação] – no sentido de não comprometerem “os esforços de planificação [lançados por] outros organismos”, meio de evidenciar a exigência de “o desenvolvimento do ensino se (...) processar [através de] um plano rigoroso, completo e ajustado aos interesses nacionais”.<sup>35</sup> Dito por outras palavras, o crescimento sustentado da economia exigia como condição prévia o planeamento preciso e seguro das necessidades educativas de forma a que o ensino correspondesse satisfatoriamente, no plano na valorização do capital humano, na política de fomento em curso. Registavam-se ainda expressões críticas sobre a política de planeamento adotada até então. Sales Loureiro questionava a primazia atribuída ao fomento económico, no quadro dos Planos de Fomento anteriores, sobretudo por não ter sido precedida ou acompanhada por um “plano de fomento cultural”, condição necessária para assegurar o sucesso das metas fixadas.<sup>36</sup> Em suma, o sentimento geral veiculava a recetividade ao anúncio do planeamento aberto ao campo da educação. Contudo, a intervenção lapidar do deputado Gonçalves Rodrigues fez cair por terra as expectativas positivas em relação à proposta do ministro Galvão Telles. A importância da argumentação do Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa justifica que a sistematizemos, ao refletir o conhecimento informado e fundamentado sobre os sistemas de ensino europeus mais avançados.

Em primeiro lugar, Gonçalves Rodrigues alegou o desconhecimento público dos pressupostos que norteavam os trabalhos de preparação da política de planeamento educativo, confiados a uma comissão, nomeada pelo ministro da especialidade. Questionou, em seguida, o âmbito do projeto de Estatuto da Educação Nacional em preparação, inquirindo sobre o universo a que se pretendia aplicar os “objetivos a definir de uma educação moral, intelectual e profissional”: o universo da população escolar metropolitana? o universo da população ultramarina? ou o conjunto da população portuguesa que em 1980 se encontraria na classe etária entre os 16 e os 21 anos? Em terceiro lugar, assinalou a inexistência de bases necessárias à construção de uma autêntica política de educação nacional, face à ausência de estudos sobre o quadro geral existente e os objetivos nacionais a atingir, que exigiam meios financeiros e burocráticos para os realizar a curto prazo. Denunciava, assim, a impossibilidade de planear seriamente uma reforma da educação nacional, em

35 *Assembleia Nacional*, Olívio de Carvalho, 23-1-1964, p. 2981.

36 *Assembleia Nacional*, 29-1-9164, p. 3009.

face dos condicionalismos políticos, institucionais e económicos existentes<sup>37</sup>, acrescidos por outros constrangimentos poderosos (frisados, igualmente por outros deputados), relacionados com a contenção financeira e as prioridades da agenda política governamental (defesa e desenvolvimento económico) que se traduziam na “subalternização do Ministério de Educação Nacional”.

O tom avassalador do seu discurso estendia-se a outras matérias. Incidia, nomeadamente, sobre o caráter necessariamente nacional da reforma da educação a empreender. O que implicava, na sua perspetiva, uma participação pública alargada, a atuar sob a égide coordenadora do ministério da Educação Nacional. Nestas circunstâncias, apresentava a estrutura política e institucional que deveria presidir aos trabalhos da reestruturação do sistema de ensino, enquadrada “[pel]a representação e a colaboração permanentes da Presidência do Conselho”, onde interviria uma comissão central, com representantes dos vários ministérios e representantes das assembleias políticas. Acrescentava ainda a presença de representantes da Igreja e das Universidades, para além da presença de representantes dos organismos representativos da sociedade corporativa e de outras entidades cuja intervenção pudesse ser relevante (pais de família, professores das escolas privadas, entre outros). Acrescentava ainda proposta de instituição de um Congresso de Educação Nacional, com sessões periódicas, que debatesse os temas mais problemáticos, fazendo intervir as soluções ensaiadas noutros países.<sup>38</sup>

O cenário de reforma de educação que preconizava, traçado nas suas coordenadas centrais, ia ao encontro do modelo político institucional que previa a articulação da estrutura de planeamento com a estrutura corporativa, de acordo com os desenvolvimentos legislativos e institucionais que seriam consagrados nos finais da década de 60. A dimensão eminentemente nacional da sua proposta refletia a conceção traçada pelo Plano de Fomento Intercolar, que pela primeira vez enunciava uma visão global da economia nacional, no âmbito dos trabalhos preparatórios então curso. Restava saber qual era a agenda política reservada à Educação Nacional na perspetiva de Oliveira Salazar. As intervenções dos deputados não deixam grandes dúvidas sobre a matéria. Analogamente, o responsável pela tutela, Galvão Telles, exprimiu e defendeu uma conceção moderada de planeamento, ao sublinhar a importância do planeamento qualitativo, centrado nas orientações e valores a definir

37 A estrutura orgânica do Ministério da Educação Nacional era composta por quatro direções gerais do ensino (primário, liceal, técnico e superior), quatro inspeções superiores (ensino primário, ensino liceal, particular e bibliotecas) e dois órgãos consultivos: a Junta Nacional de Educação (J.N.E.) e o Conselho Permanente de Ação Educativa (C.P.A.E.), que dispunham de atribuições respetivamente de orientação geral da educação e de disciplina e orientação pedagógica. Às carências técnicas e pedagógicas somava-se a inexistência de um serviço de relações internacionais que facultasse a circulação de materiais sobre educação produzidos por organismos internacionais ou outros a respeito do desenvolvimento escolar e educativo.

38 *Assembleia Nacional*, 5-2-1964, pp. 3130-3132.

como bases no projeto de Estatuto da Educação Nacional, em detrimento do planeamento quantitativo, gizado sobre o primado do económico. A educação não era ainda uma prioridade em termos políticos – e menos ainda o princípio de expansão e diversificação do ensino superior público.<sup>39</sup>

---

39 Cfr. o aprofundamento da matéria em António Neves Duarte Teodoro, «A Construção Social das Políticas Educativas. Estado, Educação e Mudança Social no Portugal Contemporâneo» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 1999) e os desenvolvimentos oferecidos em 40 anos de Políticas Educativas em Portugal, vol.I, org. de Maria de Lurdes Rodrigues (Coimbra, Almedina, 2014). Ver ainda sobre os constrangimentos do planeamento e do fomento, Ana Bela Nunes. 2002. “Controlo e regulação na economia portuguesa (1945-1973)”. Boletim de Ciências Económicas, XLV-A:21-64 e o estudo clássico de Manuela Silva, “O planeamento em Portugal: lições da experiência e perspectivas de futuro”. Em *O Planeamento económico em Portugal: lições da experiência*, Lisboa, Sá da Costa, 1984).